

ATA EJ Nº 08/2021, DE 23/04/2021

PROCESSO PROAD Nº 1094/2019

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESCOLA JUDICIAL

Aos 23 de abril de 2021, às oito horas, reuniram-se de forma telepresencial o Diretor da Escola Judicial, Desembargador **João Batista Martins César**, o Desembargador **Ricardo Regis Laraia**, Vice-Diretor da Escola Judicial, o Desembargador **Eduardo Benedito de Oliveira Zanella**, representante dos Desembargadores, o Juiz **Guilherme Guimarães Feliciano**, representante dos Juízes Titulares, o Juiz **Marcel de Ávila Soares Marques**, representante dos Juízes do Trabalho Substitutos, o Juiz **Sérgio Polastro Ribeiro**, Presidente da AMATRA XV, e **André Arreguy Cardozo**, representante dos servidores, integrantes do Conselho Consultivo da Escola Judicial. Presentes, ainda, a servidora **Lara de Paula Jorge**, Assessora da Escola Judicial, e o servidor **Diego Dotto de Moraes**, Assistente de Setor da Seção de Apoio Administrativo. Foram tratados os seguintes assuntos, cujas resoluções seguem transcritas:

O des. João Batista Martins César consulta os membros presentes sobre a possibilidade das próximas reuniões do Conselho Consultivo serem marcadas para a última segunda-feira de cada mês, às 16h, sendo a proposta aceita por todos. Restou estabelecido que todas as reuniões do ano já serão alteradas para a nova data, cabendo aos membros indicarem eventuais incompatibilidades de agendas.

O juiz Sérgio Polastro Ribeiro apresentou ao Conselho demanda de atividade sobre os efeitos provocados pelo teletrabalho prolongado em audiências e sessões telepresenciais.

O des. João Batista Martins César sugeriu a contratação de curso da Unicamp sobre tal tema e que ele seja eminentemente prático.

A servidora Lara de Paula Jorge compartilhou que o servidor Fauzi, fisioterapeuta, e a servidora Francielle, psicóloga, estão estudando temas conexos àquele em cursos de pós graduação na Unicamp, esclarecendo, ainda, que o assunto não foi objeto de tratativa específica com a Unicamp anteriormente.

O juiz Sérgio Polastro Ribeiro complementou sua sugestão dizendo que a atividade promovida pela Escola Judicial poderia contemplar a apresentação de estudos que inspirassem a adoção de políticas pelo Tribunal.



A servidora Lara de Paula Jorge esclareceu que o Comitê de Gestão de Pessoas possui competência para propor políticas à Administração, sugerindo levar essa questão ao Comitê.

A seguir, passou a ser tratado o primeiro item da pauta:

1. Plano de Atividades - segundo semestre 2021

O Conselho iniciou a análise do plano de atividades da Escola Judicial proposto pela Assessoria da EJud15 para o segundo semestre de 2021, aprovando todas as ações classificadas como “obrigatórias”.

Iniciando a análise das ações não obrigatórias, o Conselho decidiu que novas capacitações sobre a “Lei Geral de Proteção de Dados” deverão aguardar a conclusão do trabalho do Comitê Gestor de levantamento dos dados sensíveis no Tribunal, devendo ser agendada reunião com aquele comitê para discussão oportuna sobre capacitações acerca do tema.

Dando sequência à apreciação da proposta, o Conselho aprovou as seguintes atividades:

- Formação Inicial de Mediadores: o juiz Guilherme Guimarães Feliciano questionou o número de vagas, a carga horária do curso e se atende à norma que regulamenta a candidatura de magistrados ao cargo de supervisor de CEJUSC, sendo esclarecido pela servidora Lara de Paula Jorge que a Resolução 288/2021 do CSJT disciplina a organização e capacitação dos membros de CEJUSC, indicando no seu Anexo I a carga horária mínima de 40h teóricas e 60h de estágio supervisionado, sem distinção entre juízes e servidores. Esclareceu, ainda, que se for necessário o curso poderá ser adaptado para prever estágio também aos juízes, que antes não o faziam. O formato atual do curso prevê 60 vagas.
- Ferramentas de gestão: o Conselho aprovou sua oferta a servidores e a magistrados, devendo ser estudado pela Escola Judicial um formato que permita dividir o curso em etapa teórica e prática, propiciando, na medida do possível, que magistrados participem junto com os Diretores das suas respectivas Varas do Trabalho. O Conselho decidiu também pela realização pela EJud de estudo sobre a ampliação da oferta do curso para Assistentes de Diretor no próximo ano.

O des. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella sugeriu a oferta de um curso de gestão para Gabinetes de Desembargador, sendo aprovada pelo Conselho a

realização de uma pesquisa de interesse entre os gabinetes e a divulgação por email dos *links* dos vídeos gravados pelo juiz Marcel de Ávila Soares Marques.

O Conselho também decidiu pela suspensão da oferta de cursos individualizados de capacitação a Diretores de Secretaria, restando definido que a Escola iniciará um planejamento de curso voltado à formação de novos diretores, podendo trabalhar em conjunto com a Corregedoria Regional para a identificação das pessoas interessadas.

A reunião foi encerrada às 11 horas, tendo sido analisados até o momento os itens 1 a 25 do arquivo compartilhado pela Assessoria da Escola Judicial, que integra esta ata de reunião. Deliberaram os Conselheiros que as demais ações, não discutidas até o fechamento da reunião, serão avaliadas e tratadas pelo grupo de *Whatsapp*. Uma reunião extraordinária poderá ser marcada na próxima semana para concluir a análise do plano de atividades do segundo semestre, se necessário.

O segundo item da pauta, “Critérios para indicação de magistrados em cursos oferecidos por outras Escolas Judiciais”, não foi apreciado pelo Conselho Consultivo.

E, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente ata lavrada por Diego Dotto de Moraes, conferida por Lara de Paula Jorge, Assessora da Escola Judicial, e assinada pelo Diretor da Escola Judicial.

Des. JOÃO BATISTA MARTINS CÉSAR
Diretor da Escola Judicial

DEMANDAS E SUGESTÕES PARA O SEGUNDO SEMESTRE - PLANO 2021

PROAD 18.524/2020

O quadro a seguir contempla as ações que foram priorizadas pelo Conselho Consultivo para 2021 e não contempladas no primeiro semestre:

Ações por transmissão ao vivo	
Ações por EAD	
Ações híbridas	
Indicação de oferecimento obrigatório ou desejável	linhas 3, 6, 24, 25, 40, 45

Tema/Evento	Modalidade	Público-alvo	Origem da demanda	Incluído no Plano?
1. LGPD - Ações em continuidade?	Híbrido?	magistrados e servidores	Reunião com gestores área administrativa	Não
2. Ferramenta de gestão para magistrado	Híbrido?	magistrados	Conselho Consultivo	Não
3. Formação Inicial de Mediadores – definir quantidade de vagas	Híbrido	magistrados e servidores	NUPEMEC Obrigatório	Sim
4. Ferramentas de gestão	Híbrido	gestores 1º grau - 3 turmas	Reunião com alta administração	Sim
5. Mediação para estagiários do CEJUSC de Sorocaba - oferecer	Híbrido	Estagiários e estudantes (Convênio Faculdade	Direção da Ejud15	Sim

juntamente com a turma regular aumentando um tutor?		de Direito de Sorocaba)		
6. Libras	Aguardar planejamento	magistrados e servidores	Escola Judicial obrigatório	Sim
7. Capacitação dos Secretários de audiência (3a fase - contemplar AUD4)	Aula on line	secretários de audiência	Demanda que teve início em 2020	Não
8. PJE como ação anualmente oferecida para primeiro e segundo grau	Verificar necessidade	servidores 1º e 2º Graus	Reunião com representantes de Comitês e Comissões	Não
9. Inclusão e diversidade (transversal) - Enfatizar o sentido propositivo - conjugar com proposta ofício ANAMATRA	Seminário on line - dois dias	magistrados e servidores	Reunião com representantes de Comitês e Comissões	Não
10. Justiça 4.0 – preparando-se para a Vara 100% digital (para magistrados e gestores) – Subtema: Capacitação PDPJU - processo 100% digital	Aula on line	magistrados e servidores	Escola Judicial - Anúncio ministro Luiz Fux	Não
11. Mapeamento e otimização de processos – SGP/Controle interno – todos gestores e envolvidos com mapeamento nas áreas administrativas	Aula on line	servidores de unidades administrativas	Reunião com gestores área administrativa	Não
12. Direito à desconexão - para gestores e magistrados – novo	Escola ao vivo -1 ¹	magistrados e servidores	Escola Judicial	Não
13. Inovação - sugestão para o Escola ao	Escola ao Vivo -2	magistrados e	Escola Judicial	Não

¹ Programa Escola ao vivo - quantas ações por mês? Poderiam ser temas relacionados às datas comemorativas (ver final do documento) e ações dos Comitês?

Vivo (explicar a experiência com inovação do TRF de São Paulo)		servidores		
14. Escola ao Vivo - definição de tema	Escola ao vivo -3	magistrados e servidores	Conselho Consultivo	Não
15. Escola ao Vivo - definição de tema	Escola ao vivo -4	magistrados e servidores	Conselho Consultivo	Não
16. Escola ao Vivo - definição de tema	Escola ao vivo -5	magistrados e servidores	Conselho Consultivo	Não
17. Escola ao Vivo - definição de tema	Escola ao vivo -6	magistrados e servidores	Conselho Consultivo	Não
18. Escola ao Vivo - definição de tema	Escola ao vivo -7	magistrados e servidores	Conselho Consultivo	Não
19. Atualização reforma trabalhista	Aulas on line	Magistrados e minutadores de decisão	Conselho Consultivo	Não
20. Programa Trabalho Seguro	Seminário on line	magistrados e servidores	Comitê	Não
21. Programa Trabalho Infantil	Seminário on line	magistrados e servidores	Comitê	Não
22. Programa Trabalho Escravo	Seminário on line	magistrados e servidores	Comitê	19/11 ²
23. Atividades do Grupo de Estudo Piloto	Debates on line	magistrados e servidores	Conselho Consultivo	Não

² Proposta: que as ações dos comitês integrem o Programa Escola ao Vivo.

24. Encontro Anual de Magistrados - abordar novos eixos ENAMAT - Alteridade e empatia	Seminário on line	magistrados	Escola Judicial Anualmente oferecido Desejável	Sim
25. Curso de desenvolvimento gerencial	Seminário on line	todos os gestores	Escola Judicial obrigatório	Sim
26. Ciclo Execução – Oficinas temáticas	Oficinas on line pelo Zoom	magistrados e servidores	Reunião com alta administração	Sim
27. Curso sobre a Nova Lei de Licitações	Aulas on line	Servidores da Secretaria Administrativa, DGCA, Assessoria Jurídica e CCIN	Diretoria Geral	Sim
28. GPREC- Agosto	Aulas on line	Servidores da Assessoria de Precatórios	Presidência	Sim
29. Direito em Tela	Debates on line	magistrados e servidores	Conselho Consultivo	Sim
30. Curso precatórios para servidores (foi oferecido para gestores) – reedição para público diverso - Evandro vai analisar revisão do conteúdo no final de junho e confirmar oferecimento.	EAD	servidores 1º grau	Escola Judicial	Sim
31. Curso “Cálculo e liquidação de sentença no PJe-Calc” (oferecido para os calculistas)	EAD	servidores 1º grau	Escola Judicial	Sim

32. Curso “Critérios e parâmetros de cálculos na elaboração de sentença” (curso ofertado aos assistentes de juiz – adaptar para oferecimento aos juízes)	EAD	magistrados	Escola Judicial	Sim
33. Curso “Critérios e parâmetros de cálculos trabalhistas na elaboração de sentença” (ofertado aos assistentes de juiz)	EAD	servidores de 2º Grau	Escola Judicial	Sim
34. Destinação final dos processos físicos – eliminação ou guarda permanente	EAD já está sendo desenvolvido	servidores 1º grau	Escola Judicial	Sim
35. Gestão de conflito com ênfase na comunicação não violenta (Turma 2)	EAD contratado	servidores de 1º e 2º Graus	Presidência	Sim
36. Segurança: Prevenção e Controle – Curso TRT9	EAD	oficiais de justiça	Escola Judicial	Sim
37. Liderança organizacional - introdução a estilos e técnicas - Curso TRT2	EAD	servidores em geral (1º e 2º graus)	Escola Judicial	Sim
38. Relações interpessoais no trabalho - desenvolvimento de gestores - TRT 3 (importado)	EAD	gestores - área administrativa e 1º grau	Escola Judicial	Sim
39. Ciclo Execução – Curso - Execução trabalhista: interpretação dos dados de pesquisa patrimonial (curso em EAD pronto)	EAD	magistrados e servidores	Reunião com alta administração	Sim

40. Ambientação para estagiários	EAD	Estagiários do TRT 15	Normativo TRT 15 obrigatório	Sim
41. Minuta de voto	EAD	Servidores que atuam na elaboração de minuta de voto	Direção da Ejud15	Sim
42. Saneamento do processo para remessa ao segundo grau - novo (Fluxograma de providências para encaminhamento do processo para o gabinete)	EAD	servidores 1º grau	Servidor de Gabinete Gladslayne	Não
43. Ações de capacitação Código de Ética (Proad 5985/2021)	a definir	servidores	Escola Judicial (Consulta CNJ)	Não
44. Segurança da informação	a definir	magistrados e servidores	SETIC	Não
45. Formação Continuada de Mediadores - 30 horas	a definir	servidores	NUPEMEC obrigatório (Validade dos cursos: 3 anos) Ato 141/2020, CSJT	Não
46. AVJT - Assistente Virtual da Justiça do Trabalho	a definir	servidores	Conselho da Escola	Não
47. Provas digitais		servidores	Diretor da Escola	Não

DATAS COMEMORATIVAS - Contemplar no Programa Escola ao Vivo?

Agosto	14 – Dia do Combate à Poluição 23 – Dia do Combate à Injustiça
--------	---

	<p>26 – Dia Internacional da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão 26 – Dia Internacional da Igualdade da Mulher 28 – Dia Nacional do Voluntariado</p>
Setembro	<p>Setembro amarelo – Prevenção do Suicídio 21 – Dia da árvore 21 – Dia nacional de luta da pessoa com deficiência 28 - Dia da Lei do Ventre Livre</p>
Outubro	<p>Outubro rosa – Conscientização do Câncer de mama 2 - Dia Internacional da Não Violência 4 - Dia da Nacional da Natureza 10 – Dia Mundial da Saúde Mental 15 – Dia do Professor</p>
Novembro	<p>Novembro Azul – Conscientização da prevenção e combate ao câncer de próstata e ao diabetes. 25 - Dia Internacional de Não Violência contra as Mulheres 20 – Dia da consciência Negra</p>
Dezembro	<p>10 - Dia Universal dos Direitos Humanos</p>

Novas demandas:

Mensagem da Secretaria da Administração: demanda por cursos para os servidores lotados nas unidades administrativas - [Anexo I](#)